



Aprovado acordo para agilizar e simplificar comércio exterior

Documento assinado por membros da Organização Mundial do Comércio busca reduzir custos de operação e tempo gasto para processar exportações e importações

Os senadores aprovaram ontem, em Plenário e antes na Comissão de Relações Exteriores, projeto que ratifica o Acordo de Facilitação de Comércio, assinado pelos membros da Organização Mundial do Comércio em

2013. O objetivo é diminuir a burocracia para facilitar as trocas comerciais e também ajudar a combater crimes aduaneiros. O governo estima que, com as novas regras, o tempo para processar exportações passaria de 13 para 8 dias. **5**



Beto Barreto/Agência Senado

Parlamentares acompanham discurso de Aloysio Nunes na tribuna

Notícia de suposta delação de Delcídio repercute em Plenário

Diversos senadores fizeram pronunciamentos ontem comentando reportagem da *IstoÉ*. Segundo a revista, Delcídio do Amaral teria

feito um acordo de delação premiada com os investigadores da Operação Lava-Jato. O senador não confirmou o conteúdo da notícia. **3**

Parlamentarismo será debatido por colegiado especial **5**

Proposta incentiva doação a ações de reciclagem de lixo **4**

Renan quer votações que não aumentem crise **2**

Anteprojeto de lei da aviação vai a voto na segunda **6**

Projeto sobre jogos de azar volta para comissão **4**



Gerardo Magela/Agência Senado

Kátia (com Ana Amélia) apresenta metas da pasta à Comissão de Agricultura

Kátia Abreu apoia ampliação de prazo para cadastro rural

Ministra da Agricultura disse ainda que almeja o aumento da participação do agronegócio brasileiro no comércio mundial de 7% para 10% até 2018. **7**



Edilson Rodrigues/Agência Senado

Colin e Baena são sabatinados em reunião conduzida por Lasier Martins (C)

Licença-maternidade deve ser estendida, aponta debate

Na Comissão de Direitos Humanos, especialistas citaram a importância do aleitamento materno, pois reduz as chances de o bebê ter alergias e infecções, entre outras

doenças. Por isso, argumentaram, é preciso que as empresas deem seis meses de licença-maternidade, e não o mínimo de quatro meses estabelecido pela Constituição. **8**



Gerardo Magela/Agência Senado

José Medeiros conduz a audiência sobre o projeto de lei que cria a Semana Nacional do Bebê e do Aleitamento Materno

Indicações de embaixadores para dois países seguem ao Plenário

Os nomes de Roberto Colin para a embaixada do Brasil na Estônia e de Clemente de Lima Baena Soares para a República Dominicana foram aprovados ontem pela Comissão de Relações Exteriores, após sabatina.

Os diplomatas defenderam a assinatura de acordos de cooperação nas áreas de tecnologia da informação e de facilitação de investimentos como forma de impulsionar as relações do Brasil com os dois países. **6**



Secom | Publicidade e Marketing

Diploma Bertha Lutz
15ª Premiação
2016

Sessão Solene do Congresso Nacional
Dia Internacional da Mulher

Data: 8/3/2016

Hora: 11h

Local: Plenário do Senado Federal

AGRACIADOS

Ellen Gracie Northfleet
Lucia Regina Antony
Luiza Helena de Bairros
Lya Fett Luft
Marco Aurélio Mello



Presidente do Senado também falou aos jornalistas que a Lei Geral das Estatatais está sendo negociada com a Fazenda

Renan: Parlamento tem que agir com responsabilidade

Presidente do Senado reiterou que o Congresso Nacional deve bloquear propostas que ampliem a crise financeira. Texto sobre dívidas dos entes federados com a União pode ser votado na Câmara

O PRESIDENTE DO Senado, Renan Calheiros, recomendou ontem bom senso na análise de projeto de decreto legislativo, pronto para ser votado na Câmara dos Deputados, que revoga as atuais regras de cálculo das dívidas de estados e municípios com a União (PDC 315/2016). Um levantamento do Ministério da Fazenda estima que, se o decreto for aprovado, as dívidas estaduais poderão ser reduzidas em R\$ 300 bilhões.

— É importante manter o equilíbrio federativo. É papel do Congresso, sobretudo do Senado, preservá-lo, mas acho que não podemos inviabilizar a União. Temos que compatibilizar os interesses da União, dos estados e municípios. Fazer um pacto novo, fazer mudanças. Como está havendo uma negociação com os governadores, temos também

que acompanhar essas conversações — afirmou Renan.

Para o presidente do Senado, o Congresso deve barrar propostas que possam ampliar a crise financeira.

— O Parlamento tem que agir com responsabilidade fiscal. Qualquer pauta que não seja do interesse do Brasil e colabore para ampliar a crise deve ser contida no Congresso.

Estatais

Renan ainda informou que as negociações em torno do projeto que cria a Lei Geral das Estatatais (PLS 555/2015) estão avançadas, inclusive com a participação do ministro da Fazenda, Nelson Barbosa.

— Aachamos que 90% do texto estão pacificados. Isso é muito bom, até para combinar um procedimento. Quanto ao que não estiver pacificado, a

gente acerta um procedimento para votar — disse.

Renan voltou a elogiar o projeto, aprovado pelo Senado e enviado à Câmara, que libera a Petrobras de ter uma participação de pelo menos 30% em todos os consórcios de exploração do petróleo da camada pré-sal (PLS 131/2015).

— Como o interesse era resolver a questão, qualquer regra que preservasse o interesse estratégico da Petrobras e ajudasse no rumo da retomada do investimento resolveria, então foi resolvido daquela forma — explicou.

Na segunda-feira, o presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, anunciou a criação de comissão especial para viabilizar a votação da proposta sobre a Petrobras, no Plenário daquela Casa, no primeiro semestre de 2016.

Dário pede união nacional para dar fim à crise econômica

Dário Berger (PMDB-SC) reiterou ontem a necessidade de união nacional em torno de um projeto de combate à crise, com ênfase na redução dos juros. Em sua avaliação, a teoria do controle da inflação por meio de juros “astronômicos” está desacreditada em todo o resto do mundo, mas o Brasil mantém essa “anomalia” que trava o crescimento econômico. O senador já havia destacado, na quarta, o vínculo entre inflação e descontrole de contas públicas. Ontem, chamou a atenção para a redução do poder de compra dos trabalhadores.

— Manter a estabilidade significa cuidar dos pobres. Não tem governo que tenha maior objetivo senão lutar para reduzir as desigualdades.



Moneira Maniz/Agência Senado

Humberto destaca indicadores positivos da economia

O líder do PT, Humberto Costa (PE), afirmou que indicadores recentes demonstram um certo “desanuviamiento” da crise econômica, com reflexos positivos para a população.

Para o senador, outro ponto importante é que a inflação perdeu força em sete capitais, graças a medidas decisivas, como a redução das tarifas de energia. Ele disse que essa redução vai continuar porque em março o governo vai desligar 21 usinas termelétricas.

— São muitos os nossos desafios na travessia dessa crise duradoura, mas a crença na força do Brasil e dos brasileiros nos leva a ter certeza de que não nascemos para viver de lamentação ou de paralisia diante dos problemas.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Sociedade quer Dilma fora do poder, diz Ronaldo Caiado

O dia 13 de março será “emblemático” para o Brasil, segundo Ronaldo Caiado (DEM-GO).

O senador afirmou que a sociedade brasileira acordou e passou a ter noção do momento grave que o país enfrenta. Por isso, resolveu ir às ruas em uma grande manifestação pela saída da presidente Dilma Rousseff.

— Será um dia em que vamos assistir a uma reação da sociedade, dizendo que não admite que está acontecendo. É o momento de dizer que todos os cidadãos tenham compromisso com aquilo que é o slogan deste movimento: se você não vai para rua, a Dilma fica. Este, sem dúvida, é o mote maior que está levantando a sociedade brasileira.



Moneira Maniz/Agência Senado

MP que beneficia distribuidoras de energia na Olimpíada tranca a pauta

Chegou ao Senado na quarta-feira a medida provisória que estende várias desonerações tributárias federais concedidas a equipamentos e materiais destinados às Olimpíadas e às Paralimpíadas de 2016 às distribuidoras de energia elétrica responsáveis pelo suprimento temporário de energia nas áreas dos Jogos (MP 693/2015).

As isenções para as distribuidoras de energia valem para as empresas que atuarão no Rio de Janeiro e

nas cidades-sede do futebol (São Paulo, Belo Horizonte, Salvador, Brasília e Manaus). Como sofreu alterações na Câmara dos Deputados, onde foi aprovada na terça-feira, a MP chega ao Senado na forma de um projeto de lei de conversão (PLV 2/2016).

Essa proposta se junta a MP 696/2015 na pauta de votações e ambas trancam a pauta. A MP reduz de 39 para 31 o número de ministérios e secretarias da Presidência da República.

TV Senado aborda efeitos da eleição presidencial argentina no Brasil

As mudanças na economia da Argentina, com o governo do presidente Mauricio Macri, e os reflexos no Brasil são o tema do programa *Agenda Econômica* desta semana, na TV Senado.

No futebol, os países são ferrenhos adversários, mas na economia são parceiros de peso e, em termos gerais, o jogo é bem equilibrado.

Macri deu início às reformas liberais na economia, extinguindo as restrições à exportação da maioria dos

produtos agropecuários.

Até onde o estímulo às exportações na Argentina pode alterar a relação comercial Brasil-Argentina? Como isso vai influenciar a continuidade do Mercosul? Essas e outras questões são analisadas pelo consultor de economia do Senado Henrique Salles, que se mostra otimista sobre o futuro da aliança comercial entre os vizinhos sul-americanos.

Agenda Econômica
Domingo, às 13h e às 23h

História dos cassinos no país é tema de reportagem especial da Rádio Senado

A reportagem especial da Rádio Senado “Quando as roletas pararam de girar”, que narra a curta história dos cassinos no Brasil, desde a legalização, em 1920, até a proibição, em 1946, vai ao ar hoje, às 18h.

Há 70 anos os cassinos estão proibidos no Brasil. Os jogos de azar foram colocados na ilegalidade por um decreto assinado em abril de 1946 pelo então presidente Eurico Gaspar Dutra. Ele argumentou que os jogos eram “nocivos à moral e aos bons costumes”. Os senadores e os deputados

federais de 1946 apoiaram a decisão de Dutra.

Com o fechamento dos cassinos, cerca de 55 mil brasileiros perderam o emprego. A maior parte nem sequer recebeu as indenizações.

O tema voltou a ficar atual. Está na pauta do Plenário um projeto que libera os jogos de azar no Brasil. A proposta tem o apoio do governo, que espera aumentar a arrecadação com o imposto que incidiria sobre as apostas.

“Quando as roletas pararam de girar”
Hoje, às 18h; amanhã, às 10h; domingo, às 17h

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO Discursos

9h A sessão é não deliberativa, destinada a pronunciamentos e avisos da Mesa Diretora.

DESBUROCRATIZAÇÃO Reunião

15h A Comissão de Juristas da Desburocratização discute projetos votados nas reuniões das subcomissões.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite, a partir das 9h, a sessão plenária. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Acordo que, segundo a *IstoÉ*, teria sido firmado pelo senador com os investigadores da Operação Lava-Jato repercutiu em Plenário. Delcídio não confirmou conteúdo do texto

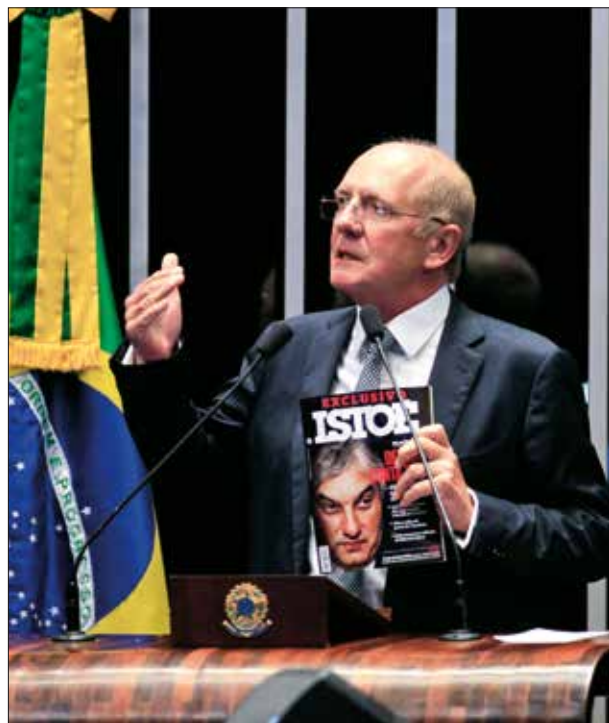
Suposta delação de Delcídio motiva discursos

A SUPOSTA DELAÇÃO premiada do senador Delcídio do Amaral (PT-MS), anunciada ontem pela revista *IstoÉ*, motivou o pronunciamento de vários senadores em Plenário. Segundo a reportagem, o senador — preso em novembro pela Operação Lava-Jato e solto em fevereiro — delatou o ex-presidente Lula e a presidente Dilma Rousseff em diversas irregularidades relacionadas à corrupção na Petrobras.

Ricardo Ferraço (PSDB-ES) afirmou que, se as informações forem confirmadas, o país estará diante de uma situação política de gravidade sem precedentes. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) disse ser inconcebível que Dilma lidere um país em crise profunda. Paulo Bauer (PSDB-SC) e Aécio Neves (PSDB-MG) pediram a renúncia da presidente. Já Gleisi Hoffmann (PT-PR) cobrou cautela sobre as revelações (*leia mais sobre os pronunciamentos dos senadores nos textos abaixo*).

Ana Amélia (PP-RS) também dedicou uma parte do pronunciamento à reportagem da *IstoÉ*. Ela criticou as autoridades que tentam desqualificar Delcídio do Amaral. Para a senadora, não se deve minimizar o que ele teria dito somente pelo fato de o suposto acordo de delação ainda não ter sido homologado pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

A senadora considerou especialmente grave a informação de que Dilma Rousseff teria indicado ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) alguém que poderia dar decisões favoráveis a investigados.



Beto Barreto/Agência Senado

Bauer mostra na tribuna revista que noticiou supostas denúncias

— A sociedade brasileira olha para nós e de nós exige uma atitude responsável. Interferir no Poder Judiciário, fazendo escolhas de cartas marcadas para que a decisão seja favorável a este ou aquele indivíduo envolvidos nesta Operação Lava-Jato, é inaceitável — afirmou.

Em nota, Delcídio e advogado não confirmam informações de revista

O senador Delcídio do Amaral e o advogado responsável pela defesa dele, Antônio Augusto Figueiredo Basto, divulgaram nota de esclarecimento sobre o suposto acordo

de delação premiada noticiado ontem pela revista *IstoÉ*.

O texto foi distribuído pela assessoria de imprensa do senador. Leia abaixo a íntegra do comunicado.

Em respeito ao povo brasileiro e ao interesse público, o senador Delcídio do Amaral e a sua defesa vêm se manifestar sobre matéria publicada na revista IstoÉ na data de hoje [ontem]. À partida, nem o senador Delcídio, nem a sua defesa confirmam o conteúdo da matéria assinada pela jornalista Débora Bergamasco. Não conhecemos a origem, tampouco reconhecemos a autenticidade dos documentos que vão acostados ao texto. Esclarecemos que em momento algum, nem antes, nem depois da matéria, fomos contatados pela referida jornalista para nos manifestar sobre a fidedignidade dos fatos relatados. Por fim, o senador Delcídio Amaral reitera o seu respeito e o seu comprometimento com o Senado da República.



Beto Barreto/Agência Senado

Bauer: presidente não tem condição moral de governar

Paulo Bauer (PSDB-SC) defendeu a renúncia da presidente Dilma Rousseff, caso se confirmem as informações publicadas pela *IstoÉ* sobre depoimento à polícia do senador Delcídio do Amaral.

Bauer disse que o governo Dilma conseguiu sobreviver graças a mentiras, “pedaladas fiscais”, artimanhas e ações desenvolvidas no campo social, iludindo desempregados, trabalhadores e pessoas de bem.

O senador afirmou que Dilma não tem condições morais de governar o país e que a vitória dela nas últimas eleições foi obtida à base de mentiras e falácias.

Para ele, Dilma não conta mais com a confiança da população. Bauer fez um apelo para que os brasileiros participem de protesto contra o governo, marcado para o dia 13.

— Queremos tudo esclarecido. Queremos todos os brasileiros nas ruas no dia 13 de março. Vamos todos, com as nossas bandeiras, com o nosso grito, com a nossa coragem, com a nossa humildade, mas, principalmente, com a nossa honra dizer: “Chega de PT, chega Dilma”.

Aécio Neves pede renúncia de Dilma Rousseff

Aécio Neves (PSDB-MG) disse ontem que a queda de 3,8% no produto interno bruto (PIB) de 2015 deve ser atribuída exclusivamente ao governo federal. Para ele, medidas equivocadas vêm permitindo a volta da inflação e produzindo endividamento e desemprego.

Sobre a suposta delação premiada de Delcídio do Amaral (PT-MS), Aécio disse ser preciso aguardar a comprovação das declarações. Mas sugeriu a saída de Dilma Rousseff diante da situação do país.

— Será que não está no momento de a presidente da República renunciar ao mandato para que, a partir desse gesto, nós possamos iniciar uma grande concertação e, a partir dela, a construção de uma agenda de retomada da confiança e, a partir dela, dos investimentos e, a partir deles, dos empregos para os brasileiros? — questionou.



Beto Barreto/Agência Senado

“Este governo precisa acabar”, afirma Aloysio

O senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) afirmou ontem em pronunciamento em Plenário que o governo da presidente Dilma Rousseff “precisa acabar”.

Ele se referiu ao conteúdo da suposta delação premiada atribuída ontem pela revista *IstoÉ* ao senador Delcídio do Amaral.

Para Aloysio, é inconcebível que a presidente possa liderar um país em crise profunda, onde já há mais de 9 milhões de desempregados, inflação disparando e queda no produto interno bruto (PIB) de 3,8%.

O senador ressaltou que, de acordo com a reportagem da revista, Dilma teria sido acusada por Delcídio de manobrar em favor de réus da Operação Lava-Jato e de ter pleno conhecimento de negócios danosos feitos pela Petrobras.

— Ainda que a presidente Dilma tivesse ideias claras sobre o que fazer, e não as tem; ainda que a presidente Dilma tivesse uma equipe competente, entrosada, eficaz, e não a tem; não daria conta de conduzir esse barco por mais dois anos e oito meses, porque agora está vulnerável na sua condição moral.

Para Ferraço, queda do PIB e denúncias preocupam o país

O senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) disse que o país foi surpreendido com dois fatos preocupantes: a notícia sobre a delação premiada de Delcídio do Amaral e os dados da retração econômica em 2015.

Como Delcídio está sob investigação do Conselho de Ética do Senado, Ferraço entende que a Casa deve acelerar o processo para dar uma resposta rápida aos brasileiros sobre o episódio.

Quanto à situação da economia, o senador lamentou a queda de 3,8% no produto interno bruto (PIB) em 2015 e a previsão de retração de cerca de 4% para este ano.

— Estamos diante de uma crise econômica com elevados impactos sociais. Estamos diante de uma crise política, acompanhada de uma enorme crise moral, que merece um esclarecimento por parte das instituições citadas nas denúncias — afirmou.



Beto Barreto/Agência Senado

Capiberibe elogia iniciativa do MP contra corrupção

O Ministério Público Federal já reuniu 1,5 milhão de assinaturas para apresentar ao Congresso 23 propostas de iniciativa popular para combater a corrupção, disse João Capiberibe (PSB-AP). As sugestões serão entregues ao Congresso em abril.

Ele sugeriu a criação de uma frente parlamentar para garantir rapidez na tramitação dos projetos, que regulamentam dez medidas propostas pelo Ministério Público. Entre elas, a criminalização do enriquecimento ilícito de agentes públicos e do caixa dois de campanha.

Capiberibe disse que o bom combate à corrupção começou em 2000, com a Lei de Responsabilidade Fiscal, e continuou com as Leis de Transparência (Lei Complementar 131/2009), de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011), Anticorrupção (Lei 12.846/2013) e das Organizações Criminosas (Lei 12.850/2013).

Gleisi considera notícia “surreal” e pede cautela

A notícia que envolve Delcídio do Amaral e a possível delação premiada foi classificada por Gleisi Hoffmann (PT-PR) como surreal. Para ela, a prisão do senador em novembro foi flagrantemente inconstitucional, já que ele estava no exercício do mandato.

— Por temer a opinião pública, o Senado acabou reforçando a detenção do senador, decretada pelo Supremo Tribunal Federal. Mesmo com ele estando preso, as histórias e boatos sobre Delcídio não cessavam, inclusive os que diziam que ele envolveria outros senadores e autoridades no caso Lava-Jato.

Gleisi considerou que é preciso muita cautela com mais uma história.

— A imprensa e, principalmente, a oposição, aqueles que apostam na desestabilização política do país já estão fazendo discursos ardorosos pedindo o impeachment da presidenta, sem parar para refletir — afirmou.



Jefferson Ruddy/Agência Senado

Comissão também votou proposta que destina recursos de multas ambientais para recuperação de locais atingidos por desastre, como foi o caso da barragem de Mariana

Avança projeto que incentiva reciclagem de lixo

AGENDA BRASIL

A COMISSÃO ESPECIAL do Desenvolvimento Nacional aprovou em primeiro turno na quarta-feira dois projetos relacionados à pauta ambiental. A comissão é responsável pela análise dos projetos da Agenda Brasil — pauta apresentada pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, com o objetivo de incentivar a retomada do crescimento econômico do país.

Entre os textos aprovados, está o substitutivo ao Projeto de Lei do Senado (PLS) 187/2012, de Paulo Bauer (PSDB-SC), que permite a dedução do Imposto de Renda de valores doados a projetos de reciclagem.

O relatório final, de Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE), contém algumas alterações. O substitutivo estabelece que, além das deduções, o Poder Executivo fixará anualmente os limites para as deduções por pessoas físicas e jurídicas. Outra mudança prevê que os projetos de reciclagem que poderão receber os recursos das deduções também serão selecionados e fiscalizados pelo Executivo. Para o relator, a proposta colabora com a defesa do meio ambiente.

— A reciclagem de materiais e produtos é estratégica para o Brasil. Essas atividades integram uma abrangente cadeia produtiva, com benefícios econômicos, ambientais e sociais, pilares fundamentais do desenvolvimento sustentável.

O texto permite deduzir do Imposto de Renda até 50%

do valor total das doações, respeitado o teto para cada contribuinte: 4% do total do Imposto de Renda devido pelas empresas e 6% no caso de pessoas físicas.

Bezerra acatou duas emendas apresentadas por Cristovam Buarque (PPS-DF). A primeira destina 5% do montante anual de doações para cursos de capacitação; a segunda prevê que o beneficiário deverá prestar contas do uso dos recursos recebidos. O relator ainda inseriu o prazo de cinco anos para a validade da lei. A proposta será submetida a turno suplementar de votação na próxima reunião.

Multas ambientais

A comissão também aprovou o substitutivo ao PLS 741/2015, que destina os recursos arrecadados com as multas em razão de crimes ambientais para a recuperação das localidades onde o dano aconteceu. A proposta, de Antonio Anastasia (PSDB-MG), foi motivada pelos rompimentos das barragens do município de Mariana (MG), em novembro do ano passado. A lama tóxica causou dezenas de mortes e deixou um rastro de destruição ambiental do leste de Minas até o litoral do Espírito Santo.

O texto também tem como relator Bezerra, que considera o projeto uma das melhores respostas ao desastre em Mariana.

— Estamos eliminando a burocracia para que os recursos cheguem rapidamente ao lugar atingido pela tragédia.

A senadora Simone Tebet (PMDB-MS) elogiou o pro-



Romero Jucá, Otto Alencar, Blairo Maggi e Simone Tebet: comissão analisa projetos importantes para a agenda do país

to e disse que “os recursos das multas precisam ir para o município atingido”. A proposta será apreciada na próxima reunião em turno suplementar.

Loterias

Outro projeto aprovado foi o substitutivo ao PLS 313/2011, do ex-senador Paulo Davim (PV-RN), sobre a destinação dos prêmios das loterias federais que não forem resgatados pelos vencedores. O relator, Douglas Cintra (PTB-PE), apresentou substitutivo “para corrigir falhas de técnica legislativa”. Pelo texto, os recursos de premiação não procurados pelos contemplados dentro do prazo de prescrição serão destinados prioritariamente ao financiamento dos cursos da área de saúde, na forma estabelecida pelo Ministério da Educação.

O texto original destinava ao Fundo Nacional de Saúde, para financiamento do Programa

Saúde da Família, os recursos de premiação das loterias federais administradas pela Caixa não procurados pelos contemplados. Hoje, a lei destina esses recursos ao Fundo de Financiamento Estudantil (Fies). O texto será votado mais uma vez na comissão, por ser substitutivo.

Presídios

Além dos projetos aprovados, a comissão começou a discutir o PLS 513/2011, que regulamenta a contratação de parcerias público-privadas (PPPs) para a construção e administração de presídios. Douglas Cintra pediu vistas do projeto, que deve voltar à pauta da próxima reunião. A proposta é de Vicentinho Alves (PR-TO), que ressalta que a ideia não é “privatizar” o sistema prisional, mas sim permitir a cogestão dos estabelecimentos penais. O texto proíbe a transferência

das funções jurisdicionais e disciplinares, que permaneceriam sob responsabilidade exclusiva do Estado.

Segundo a proposta, as empresas interessadas teriam que garantir aos presos assistência jurídica, acompanhamento médico, odontológico e nutricional e programas de ensino fundamental, capacitação profissional, esporte e lazer. Também haveria exigências em termos de espaço físico, infraestrutura e segurança.

O texto original determinava que os cargos de diretor e vice-diretor dos presídios administrados sob PPP deveriam ser ocupados por servidores públicos. No entanto, o relator, Antonio Anastasia, entende que não se pode impor essa obrigação a uma empresa privada.

— É uma matéria extremamente inovadora e muito importante para o sistema penitenciário brasileiro.

Legalização de jogos de azar volta à pauta na próxima semana

AGENDA BRASIL

Por conta de uma série de emendas apresentadas em Plenário, voltou à pauta da Comissão Especial do Desenvolvimento Nacional o Projeto de Lei do Senado (PLS) 186/2014. Do senador Ciro Nogueira (PP-PI), a proposta foi aprovada na comissão em dezembro do ano passado e amplia o leque dos jogos de azar no Brasil, regulamentando o jogo do bicho, os bingos e os cassinos. O relatório de Blairo Maggi (PR-MT), no entanto, não chegou a ser votado na reunião de quarta-feira, por conta de um pedido de vista coletivo.

Blairo informou que foram apresentadas 16 emendas, das quais apenas cinco foram acatadas. Uma das emendas aceitas é de autoria de Antonio Anastasia (PSDB-MG). Ele propôs uma ressalva para deixar claro que os sorteios promovidos pelas sociedades de capitalização e os sorteios realizados para contemplação por consórcios não são considerados jogos de azar e



Cassino em Las Vegas: o projeto em análise amplia o leque de jogos de azar a serem autorizados

permanecem regidos por normativos próprios do Banco Central, pelo Conselho Nacional de Seguros Privados e pela Superintendência de Seguros Privados.

O relator também acatou outra emenda, de Hélio José (PSD-DF), que inclui o Distrito Federal entre os entes da Federação autorizados a explorar jogos de azar. A intenção é evitar confusão ou restrição à implantação no DF dos jogos do bicho e de bingo.

Três emendas apresentadas por Lasier Martins (PDT-RS) foram acatadas. Uma delas propõe estender os requisitos de idoneidade a todos os sócios da pessoa jurídica que detenha direitos para exploração de jogos de azar. No substitutivo, o requisito se aplica apenas a sócios controladores. A outra emenda amplia a proibição de que detentores de mandatos eletivos explorem jogos de azar, de forma a abranger também cônjuge, compa-

nhheiro ou parente em linha reta até o 1º grau. A terceira sugestão retirou do substitutivo o requisito de que, na determinação dos locais onde possam ser abertos cassinos, deve se levar em conta a existência de “patrimônio turístico a ser valorizado”, mantendo como elemento a ser considerado apenas “o potencial para desenvolvimento econômico e social da região”. A justificativa é que não seria coerente manter a previsão, já que o patrimônio em questão poderá ser resultado dos próprios investimentos.

Simone Tebet (PMDB-MS) defendeu emenda, rejeitada pelo relator, que previa contratação de no mínimo 50% de mão de obra local. Blairo argumentou que o empreendedor vai preferir a mão de obra local, que pode baratear os custos de manutenção do negócio. Já o presidente da comissão, Otto Alencar (PSD-BA), disse que o foco no trabalhador local pode ser efetivo. Ele citou a indústria baiana de automóveis.

— Cerca de 82% da indústria automotiva na Bahia é mão de obra local — afirmou o presidente.

Senado aprova acordo que facilita comércio exterior

O texto busca reduzir custos operacionais e criar meios para agilizar a movimentação de mercadorias dentro e fora do país. Segundo o governo, tempo para processar exportações passaria de 13 para 8 dias

O PLENÁRIO DO Senado aprovou ontem projeto que referendou o Acordo de Facilitação de Comércio, adotado em 2013 pelos membros da Organização Mundial do Comércio (OMC). O texto busca desburocratizar processos de comércio exterior e diminuir custos. O projeto segue agora à promulgação.

Pela manhã, o texto já havia sido aprovado pela Comissão de Relações Exteriores (CRE). O projeto que referendou o acordo (PDS 6/2016) foi aprovado com voto favorável do relator, José Agripino (DEM-RN).

— O acordo é interessantíssimo para o Brasil — disse Agripino, lembrando que a facilitação de comércio poderá contribuir para a retomada do crescimento do país.

O senador informou ter recebido pela manhã telefonema do diretor-geral da OMC, embaixador Roberto Azevêdo. Segundo Agripino, Azevêdo disse que o acordo “atende perfeitamente ao que o Brasil precisa”.

O texto prevê medidas para modernizar a administração aduaneira e simplificar procedimentos de comércio exterior, de forma a dar mais agilidade às trocas comerciais. Também permite a cooperação entre os integrantes da OMC para a prevenção e o combate de delitos aduaneiros.

Redução de custos

Projeções da OMC, da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e do Banco Mundial

indicam que essa facilitação do comércio poderá reduzir os custos comerciais e gerar um aumento de US\$ 33 bilhões a US\$ 100 bilhões nas exportações globais anuais e de US\$ 67 bilhões no produto interno bruto (PIB) global.

O governo estima que o tempo de processamento de exportações poderá cair de 13 para 8 dias e o de processamento de importações, de 18 para 10 dias.

Segundo estudo da Confederação Nacional da Indústria (CNI), feito no Brasil pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), o longo tempo e o excesso de burocracia no despacho aduaneiro encarecem os bens em 14,22% nas compras do exterior e em 8,65% nos embarques para outros países.

Comissão especial deve debater adoção do parlamentarismo

O debate sobre parlamentarismo já chegou à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Na quarta-feira, o tema foi trazido à discussão pelo senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) em meio à votação de projetos.

O ponto de partida do debate foi requerimento do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), apoiado por mais de 40 senadores, pedindo a criação de comissão especial para elaborar proposta de adoção do sistema parlamentarista de governo no país.

Pelo requerimento, a comissão especial contará com 14 membros titulares e igual número de suplentes. E deve contemplar todos os partidos com representação no Senado, conforme informou Valadares. Outra providência solicitada foi o envio de todas as propostas em tramitação que mudam o atual sistema de governo à comissão especial, já aprovada pela Casa.

Âmbito do debate

Aloysio levou a questão à CCJ para se manifestar contra a criação de uma comissão especial para discutir o parlamentarismo.

— Coloco-me contra a iniciativa porque tenho criticado esse tipo de comissão [especial], que desprestigia a comissão permanente. As

PECs [propostas de emenda à Constituição] que tratam do parlamentarismo têm que vir necessariamente à CCJ — declarou.

Em vez de uma comissão especial, Aloysio sugeriu a criação de uma subcomissão para analisar o assunto dentro da CCJ. Os senadores Antonio Anastasia (PSDB-MG) e Eunício Oliveira (PMDB-CE) endossaram a recomendação.

Apesar do apelo, Valadares manteve sua posição a favor da análise do parlamentarismo por comissão especial.

— Uma comissão especial será mais objetiva por tratar exclusivamente desse assunto — considerou o líder do PSB, observando, entretanto, que qualquer senador pode apresentar requerimento em Plenário para que a decisão da comissão especial também seja analisada pela CCJ.

Em meio à crise política e institucional do país, o presidente da CCJ, José Maranhão (PMDB-PB), receia que o parlamentarismo não seja uma saída de governo adequada para o momento.

— Poderia ser para o futuro. Já criamos um parlamentarismo de circunstância artificialmente [durante o governo João Goulart], na ânsia de resolver uma crise política, e serviu apenas para desmoralizar esse sistema de governo — disse Maranhão.



Senadores debatem em Plenário durante a sessão que aprovou o acordo adotado pela Organização Mundial do Comércio

Regina destaca bons resultados de escolas públicas no Enem

Regina Sousa (PT-PI) comemorou, na quarta-feira, os bons resultados no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) obtidos por estudantes de escolas públicas do Piauí e de presídios.

— Existe a tendência a depreciar o ensino público, mas tem muita coisa boa dando resultado. No meu estado, sou testemunha dos resultados que os meninos estão tendo no ensino da matemática, na redação, no ensino de línguas.

O tema da redação do Enem, destacou Regina, foi a violência contra a mulher. Segundo ela, centenas de alunos de escolas públicas do Piauí atingiram nota boa na redação. Uma das razões para isso, disse, é o Programa Lei Maria da Penha nas Escolas, do Ministério Público e do governo estadual.



Moreira Maniz/Agência Senado

Marta relata críticas à proposta de currículo comum

Marta Suplicy (PMDB-SP) registrou críticas de especialistas à proposta do Ministério de Educação de um currículo básico comum para todas as escolas do país.

Entre as críticas feitas em debate na Comissão de Educação, está a de a proposta ter sido elaborada por especialistas não representativos da área e em apenas dois meses, quando países com melhor desempenho educacional levam até dois anos.

— Ouve-se nos corredores do Congresso que o Ministério da Educação pretende dar à nação, em junho de 2016, dentro do prazo estabelecido pelo Plano Nacional de Educação, os novos currículos escolares. Eu diria que a nação não merece e não quer esse presente de grego — disse Marta.



Moreira Maniz/Agência Senado

Ana Amélia quer reforçar combate ao contrabando

A senadora Ana Amélia (PP-RS) saudou a campanha lançada pela Associação de Combate ao Mercado Ilegal (ACMI) contra o contrabando e a pirataria, que, no ano passado, fizeram o país perder R\$ 115 bilhões em receita, 15% a mais do que em 2014.

Segundo ela, vestuário, confecções, brinquedos e tabaco foram os setores mais prejudicados por essas atividades ilegais. No Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, disse, as perdas por causa do contrabando de cigarro chegaram a R\$ 4,9 bilhões.

Ana Amélia pediu que a fiscalização das fronteiras seja reforçada, com reequipamento das polícias que fazem a vigilância, embora tenha observado corte no orçamento da atividade. Por isso, ela teme que em 2016 a prática aumente mais, prejudicando indústrias, empresas e trabalhadores.

Impostos atrasam desenvolvimento do país, afirma Lira

Raimundo Lira (PMDB-PB) disse que não existe país que tenha crescido e se desenvolvido economicamente sem educação de qualidade e sem exportar produtos com investimentos em pesquisa, ciência e tecnologia.

O senador avalia que foram criados muitos encargos para a atividade econômica a partir da Constituição de 1988. E observou que a carga tributária está em 36%, ou 11 pontos percentuais acima do limite razoável, o que atrasa o desenvolvimento nacional.

Ele defendeu o aprimoramento do sistema tributário para reduzir custos empresariais e favorecer o desenvolvimento.

— O crescimento constante só existe se o dinheiro de quem produz não for confiscado.



Jefferson Ruy/Agência Senado

Wilder cobra mais atuação do governo na segurança pública

Wilder Moraes (PP-GO) comemorou os resultados positivos do governo de Goiás no combate ao crime, mas criticou a “inoperância” do Ministério da Justiça e da presidente Dilma Rousseff em políticas de segurança pública.

Segundo o senador, os estados estão sozinhos no enfrentamento do crime, incluindo o organizado, situação que considera agravada por uma legislação “frouxa” que não consegue manter criminosos presos. Wilder lamentou que Dilma esteja mais preocupada em “salvar a própria pele” do que em aumentar a segurança do povo.

— Enquanto o governo federal continua inerte, fazendo de conta que administra, os corpos se multiplicam no asfalto.



Moreira Maniz/Agência Senado

Diplomatas defendem acordos de cooperação

Aprovados em comissão, indicados para embaixadas na Estônia e na República Dominicana sugeriram meios de impulsionar relações do Brasil com os dois países

OS EMBAIXADORES DESIGNADOS para representar o Brasil na Estônia e na República Dominicana defenderam a assinatura de acordos de cooperação tecnológica e de facilitação de investimentos como meios de dar novo impulso à relação com cada um dos dois países.

As mensagens presidenciais com as indicações de Roberto Colin e Clemente de Lima Baena Soares foram aprovadas ontem pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), após sabatinas dos dois diplomatas. Os nomes serão agora votados pelo Plenário.

Tecnologia

Indicado para o cargo de embaixador do Brasil na Estônia, o ministro de segunda classe Roberto Colin — cuja mensagem teve como relatora a senadora Ana Amélia (PP-RS) — classificou o país báltico, de apenas 1,3 milhão de habitantes, como um exemplo de como a inovação e o desenvolvimento tecnológico podem conquistar protagonismo no cenário internacional.

Independente desde 1991, quando deixou a antiga União Soviética, a Estônia tornou-se sede do Centro de Defesa Cibernética da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan), em consequência de seus investimentos na



Aloysio Nunes Ferreira (C) preside sabatinas de Roberto Colin e Clemente de Lima Baena Soares, que agora terão indicações avaliadas pelo Plenário

tecnologia da informação.

— Várias delegações brasileiras estiveram na Estônia nos últimos anos para conhecer experiências como o governo digital. Tendo em vista esse potencial, considero urgente a assinatura de um acordo de cooperação científica e tecnológica — afirmou Colin, cujo trabalho com o senador Luiz Henrique da Silveira (morto no ano passado) no governo de Santa Catarina foi lembrado na reunião por Dalírio Beber (PSDB-SC) e Paulo Bauer (PSDB-SC). Luiz Henrique foi governador do estado.

Indicado para o cargo de embaixador

na República Dominicana, o ministro de primeira classe Clemente de Lima Baena Soares defendeu a assinatura de um acordo de proteção de investimentos com o país caribenho como um estímulo ao relacionamento bilateral.

Financiamento

O comércio entre as duas nações chegou a US\$ 380 milhões, dos quais US\$ 358 milhões em exportações brasileiras e apenas US\$ 21,6 milhões em exportações dominicanas. Grandes empresas brasileiras, como Odebrecht e Andrade Gutierrez, têm feito obras de ampliação da infraestrutura dominicana, com financiamentos principalmente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Segundo o embaixador, cuja indicação teve como relator o senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), o Brasil já se tornou o maior credor da República Dominicana. Em sua opinião, a aproximação com a região tende a beneficiar o Brasil.

— Vejo a necessidade de se reconsiderar a visão brasileira do Caribe. O Brasil é concebido como um Estado atlântico e latino, e não valorizamos bem a nossa dimensão caribenha. A Bacia do Caribe é definida por um paralelo entre Miami e Belém. Recebemos influência muito

grande dessa região e vejo boa possibilidade de integração dos estados do Norte do Brasil com países do Caribe, como a República Dominicana.

No debate, Flexa observou que o marqueteiro João Santana, preso pela Operação Lava-Jato, teve a prisão decretada enquanto trabalhava para a campanha de reeleição do atual presidente dominicano, Danilo Medina. Ele considerou “incrível coincidência” a presença no país de grandes empreiteiras brasileiras, especialmente desde 2003.

Lasier Martins (PDT-RS) recordou que a República Dominicana chega a receber 6 milhões de turistas por ano, enquanto o Haiti, localizado na mesma ilha, permanece como o país mais pobre da região. Antonio Anastasia (PSDB-MG) também ressaltou a forte presença do turismo na economia dominicana. Telmário Mota (PDT-RR) defendeu o estímulo de exportações agrícolas de Roraima ao Caribe.

Ricardo Ferraço (PSDB-ES) alertou para a possibilidade de milhares de haitianos hoje residentes na República Dominicana terem de retornar ao Haiti, em razão de uma decisão da Suprema Corte dominicana que restringiu a permanência no país de muitos dos imigrantes.



Fonte: CIA World Factbook e investexportbrasil.gov.br

Especialistas votarão anteprojeto do Código de Aeronáutica

A comissão de especialistas que elabora uma proposta de reforma do Código Brasileiro de Aeronáutica se reúne na segunda-feira para analisar o texto final do anteprojeto a ser apresentado ao Senado.

Criada em junho do ano passado, a comissão vem avaliando todos os dispositivos do Código Brasileiro de

Aeronáutica para atualização. A lei original é de 1986 (Lei 7.565), mas nas últimas décadas inúmeros avanços tecnológicos criaram demandas que agora precisam de regulamentação.

Um ponto defendido pelos especialistas que deve constar do anteprojeto é a abertura total do setor aéreo ao capital estrangeiro. A participação externa hoje

é limitada em 20%. A proposta é que a abertura seja feita de modo gradual, para permitir a adaptação das empresas nacionais às novas regras, até que se reestruturarem e possam competir em igualdade de condições.

A desburocratização das atividades aeroportuárias e um novo modelo para tarifá-las também são sugestões do

grupo. Há ainda propostas de maior apoio a familiares de vítimas de acidentes aéreos e de mais eficiência nos processos de licenciamento e certificação dos aviões, entre outras sugestões.

Com 24 integrantes, a comissão é composta por juristas, professores, engenheiros e militares. A conclusão do trabalho está prevista para o dia 15.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Vicentinho Alves
Segundo-secretário: Zeze Perrella
Terceiro-secretário: Gladson Cameli
Quarta-secretária: Ângela Portela
Suplentes de secretário: Sérgio Petecão, João Alberto Souza, Elmano Férrer e Douglas Cintra
Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez
Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Ricardo Iccassatti Hermano
Diretor-adjunto: Flávio Faria
Serviço de Arte: Bruno Bazílio
Coordenação de Cobertura: Rodrigo Chia
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá
Coordenação de Edição: Silvio Burle
Serviço de Portal de Notícias: Mikhail Lopes
Site: www.senado.leg.br/noticias

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Ronaldo Alves e Wesley Moura

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Ministra apoia nova lei para cadastro ambiental

Kátia Abreu diz que pasta da Agricultura é favorável ao projeto que prorroga o prazo para inscrição das propriedades rurais, apesar da resistência do Ministério do Meio Ambiente

O MINISTÉRIO DA Agricultura, Pecuária e Abastecimento apoia a prorrogação do prazo para inscrição no Cadastro Ambiental Rural, segundo a titular da pasta, Kátia Abreu. A ministra participou ontem de audiência pública na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA).

O cadastro é obrigatório para todas as 5,4 milhões de propriedades rurais, mas até o momento apenas a metade cumpriu a obrigação. Lideranças do agronegócio querem alargar o prazo, que termina dia 5 de maio, mas a possibilidade tem sido rejeitada pelo Ministério do Meio Ambiente, que coordena o cadastro.

— O Ministério da Agricultura será a favor do adiamento, mas quero lembrar que tem que ser aprovado em lei — disse Kátia Abreu.

A presidente da comissão, Ana Amélia (PP-RS), lembrou o empenho do vice-presidente da colegiado, Acir Gurgacz (PDT-RO), em conseguir um tempo maior para o cadastramento. O senador foi o relator do PLS 287/2015, que aumenta o prazo até maio de 2018.

Aprovado na CRA, o texto precisa passar pela Comissão de Meio Ambiente (CMA), antes de seguir para a Câmara dos Deputados.

Lasier Martins (PDT-RS) disse que menos da metade dos agricultores do Rio Grande do Sul cadastraram suas propriedades.

Mercado externo

Acompanhada de quatro secretários do ministério, Kátia Abreu apresentou aos senadores as prioridades da pasta, entre as quais o aumento da partici-



Kátia Abreu, Ana Amélia e a secretária-executiva do Ministério da Agricultura, Mila Jaber

pação do agronegócio brasileiro no comércio mundial de 7% para 10% até 2018.

— De todo o produto agropecuário comprado no mundo, que totaliza quase R\$ 1 trilhão, estamos vendendo apenas R\$ 68 bilhões. Não é nada diante das possibilidades do Brasil — disse.

Na opinião da ministra, o Parlamento deveria ter maior participação na construção de acordos com países que negociam com Brasil.

— Gostaria de ver o Congresso brasileiro muito atuante nos acordos comerciais, como os americanos e europeus fazem — frisou.

Lei plurianual do setor

Kátia Abreu também pediu apoio dos parlamentares para a Lei Plurianual Agrícola, com duração de cinco anos. O ministério pretende enviar o texto ao Congresso em agosto.

Ronaldo Caiado (DEM-GO) lembrou

que a iniciativa é “uma luta antiga do Congresso”.

— Uma lei plurianual é necessária para que o agropecuarista brasileiro tenha um mínimo de rumo, de norte do que deve fazer na agropecuária — opinou Caiado.

Seguro rural

Outro aspecto destacado pela ministra foi o seguro rural. O ministério tem R\$ 400 milhões para aplicar nesse setor por ano, atendendo 6 milhões de hectares, assim distribuídos: R\$ 158 milhões para lavouras de inverno, R\$ 32 milhões para soja, R\$ 80 milhões para frutas, R\$ 110 milhões para grãos de verão e R\$ 20 milhões para outras culturas.

Como informaram os gestores do ministério, dos 57 milhões de hectares cultivados, 31 milhões têm maior risco e deveriam estar cobertos pelo seguro, o que exigiria R\$ 1,1 bilhão.

A política de seguro rural será acompanhada e avaliada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária ao longo de 2016, anunciou Ana Amélia.

Defesa agropecuária

A ministra e sua equipe ressaltaram os investimentos para modernizar a gestão da defesa agropecuária, com a informatização e a automação dos processos.

Segundo eles, o governo tem ampliado os investimentos em inteligência, para aumentar a proteção das fronteiras.

A área, na avaliação de Wellington Fagundes (PR-MT), Blairo Maggi (PR-MT) e Waldemir Moka (PMDB-MS), deveria contar com mais apoio financeiro e reforço na contratação de pessoal.

— Estamos aumentando a produção e diminuindo os técnicos no campo — disse Wellington.

Mormo

Kátia Abreu foi questionada por Caiado, Moka, Flexa Ribeiro (PSDB-PA), Donizeti Nogueira (PT-TO) e Ricardo Ferraço (PSDB-ES) quanto a providências para o controle da doença mormo, que ataca os cavalos.

Em debate na comissão no fim de fevereiro, donos de haras criticaram o ministério por exigir muitas contraprovas de exames, interditar propriedades por longo período e obrigar o sacrifício de animais sem exames conclusivos.

— A eterna realização de exames não vai continuar. Não haverá dois pesos e duas medidas. Esse assunto será resolvido — assegurou.

Rose de Freitas: “Acordo pelo Rio Doce é exemplar”

O governo federal firmou com a mineradora Samarco um acordo para recuperação do Rio Doce, anunciou Rose de Freitas (PMDB-ES). Uma barragem com rejeitos da empresa rompeu-se em Mariana (MG) em novembro e provocou um desastre ambiental. Para a senadora, o acordo é um exemplo de compromisso a ser observado por todo o país.

— Imagino se isso fosse possível em todas as outras áreas, se pudéssemos construir essa mesa do entendimento e da boa vontade — disse.

Segundo Rose, o acordo firmado envolveu o Ministério do Meio Ambiente, a Advocacia-Geral da União (AGU), os governos de Minas Gerais e do Espírito Santo, autoridades de comitês de bacias hidrográficas e representantes da sociedade civil. Ele prevê obras com prazos e ações bem definidos e fiscalização.



Beto Barreto/Agência Senado

Garibaldi pede conclusão de obras no Rio São Francisco

As chuvas que caíram no sertão nordestino em janeiro e fevereiro não foram suficientes para encher os maiores reservatórios, afirmou Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN). Por isso, o senador pediu que o governo entregue, até o final deste ano, a transposição de águas do Rio São Francisco concluída.

Segundo Garibaldi, nesta semana deve chegar ao fim uma viagem de bispos do Nordeste que teve como objetivo acompanhar a obra e sensibilizar o governo para a importância da transposição para os sertanejos.

Garibaldi disse que o Açude Castanhão, no Ceará, o Açude Coremas-Mãe D’água, na Paraíba, e o Açude Açú, no Rio Grande do Norte, chegaram, no máximo, a 20% das capacidades.

— Se as chuvas não continuarem, o Nordeste vai entrar no quarto ano de seca — disse.



Moreira Mariz/Agência Senado

Paim lê nota de juízes sobre fala de presidente do TST

Paulo Paim (PT-RS) registrou nota em que a Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho (Anamatra) diverge de declarações do novo ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST), Ives Gandra Filho, sobre os rumos do direito do trabalho no Brasil. A Anamatra avalia que as decisões dos juízes devem ter maior efetividade e ser cumpridas independentemente dos recursos que tramitam nas cortes superiores. A entidade considera ainda que a busca por maior celeridade das decisões judiciais é fundamental para atender aqueles que mais precisam e que o uso do FGTS como garantia no crédito consignado representa um prejuízo para o trabalhador.

Paim também destacou a realização do 2º Encontro Nacional de Municípios, em Brasília, que tem as eleições e o encerramento de mandato entre os temas.



Beto Barreto/Agência Senado

Telmário anuncia projeto sobre fraude com título eleitoral

A apresentação de projeto de lei que iguala as penas dos envolvidos em transferência irregular de títulos eleitorais foi anunciada por Telmário Mota (PDT-RR). O senador disse que a legislação atual “acaricia” o corrupto que negociou a transferência, que cumprirá dois anos de reclusão, e “bate forte” no eleitor, que será condenado a cumprir cinco anos de prisão.

— Pelo projeto, os dois ficarão presos por igual período de cinco anos cada um. É tempo suficiente para refletirem na cela sobre o mal que fazem à sociedade com a transferência irregular de título — disse.

Telmário disse que a transferência irregular de títulos eleitorais vem sendo promovida em Roraima por grupos políticos interessados em evitar a ocorrência de segundo turno nas eleições municipais de outubro.



Moreira Mariz/Agência Senado

Raupp comemora investimentos em Rondônia

O setor produtivo de Rondônia receberá um financiamento de mais de R\$ 1 bilhão pelo Plano de Aplicação de Recursos do Banco da Amazônia, lançado ontem em Porto Velho, comemorou Valdir Raupp (PMDB-RO). Segundo o senador, os recursos se somarão aos mais de R\$ 4 bilhões que o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal planejam investir no estado. Raupp enalteceu a “pujança” da agricultura e da pecuária de Rondônia, que resistem à crise e contribuem para a melhora dos indicadores sociais do estado.

O senador apresentou dados sobre o “salto de qualidade” de Rondônia na educação e na saúde, com destaque para a queda da mortalidade infantil.

— A menor taxa de mortalidade infantil hoje, no Brasil, é a de Rondônia. Gostaria que os outros estados seguissem esse exemplo na saúde.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Especialistas pedem licença-maternidade maior

Embora lei permita afastamento da mulher por 6 meses, a maioria das empresas concede o mínimo constitucional, de 4 meses. Audiência aponta benefícios da amamentação

CRIANÇAS QUE SÃO alimentadas com leite materno têm menos infecções e alergias e são menos propensas a desenvolver obesidade, diabetes, hipertensão e colesterol alto na vida adulta. O vínculo afetivo estreitado entre a mãe e o bebê durante o aleitamento é outro benefício.

As vantagens da amamentação foram apontadas pelos especialistas que participaram ontem de uma audiência pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). O colegiado analisa um projeto de lei que cria a Semana Nacional do Bebê e do Aleitamento Materno.

No debate, também foi ressaltada a necessidade da licença-maternidade de 180 dias para todas as trabalhadoras. Hoje o mínimo é de 120 dias.

Segundo o PLS 197/2013, do ex-senador Rodrigo Rollemberg, a semana — que inclui o dia 25 de agosto — será dedicada anualmente para sensibilizar a população da importância do aleitamento materno.

A data foi escolhida como uma forma de homenagear Zilda Arns, pediatra e sanitarista, que se dedicou ao combate à mortalidade infantil. Ela nasceu em 25 de agosto de 1934 e morreu num terremoto no Haiti, em 12 de janeiro de 2010.

A representante da Coordenação de Aleitamento Materno



João de Almeida, da rede de bancos de leite, mostra a José Medeiros estudo da revista *The Lancet* sobre amamentação

da Secretaria de Saúde do Distrito Federal, Miriam Oliveira dos Santos, sugeriu ao senador José Medeiros (PP-MT), relator do projeto, que a proposta seja expandida, com a criação do Agosto Dourado. Assim, esse mês inteiro seria dedicado a dar maior visibilidade à prática do aleitamento materno — a exemplo de meses dedicados a outras causas, como o Outubro Rosa e o Novembro Azul, para a prevenção do câncer de mama e do câncer de próstata, respectivamente. A proposta recebeu apoio dos demais participantes do debate.

A Organização Pan-Americana da Saúde (Opas) reconheceu o Brasil como referência mundial em aleitamento devido à liderança na doação de leite e à evolução nas taxas de amamentação nos últimos 30 anos. Nesse período, o país aumentou em 20 vezes o número de bebês de até 6 meses de vida que são amamentados exclusivamente, como preconiza a Organização Mundial da Saúde (OMS).

Além de políticas públicas como a Rede Brasileira de Bancos de Leite Humano, a conquista se deve a avanços

Avanços

na lei. Nessa relação, está a Lei 11.770/2008, que instituiu o Programa Empresa Cidadã e aumentou em 60 dias a duração da licença-maternidade prevista na Constituição, que é de 120 dias. A norma não é obrigatória para o setor privado, mas as empresas que aderem ao programa passam a receber isenção fiscal.

Para Fernanda Monteiro, da Coordenação-Geral de Saúde da Criança e Aleitamento Materno do Ministério da Saúde, é importante que todas as mulheres gozem da licença de 180 dias.

— Precisamos avançar cada vez mais nessa discussão. Não são todas as mulheres que têm a oportunidade de ficar em casa 6 meses. A OMS orienta a mãe a amamentar exclusivamente pelos primeiros 6 meses de vida do bebê e orienta que a amamentação continue até os 2 anos ou mais — argumentou.

A opinião é compartilhada por João Aprígio de Almeida, coordenador da Rede Ibero-Americana de Bancos de Leite e da Rede Brasileira de Bancos de Leite Humano. Para ele, é preciso pensar em outras leis que garantam que todos os bebês brasileiros sejam amamentados.

— Nós conseguimos avanços importantes para proteger as mulheres que amamentam, mas a grande massa é marginalizada, infelizmente, no mercado de trabalho. Temos que pensar em leis que protejam o aleitamento materno — frisou.

Para Almeida, trata-se não apenas de uma questão de saúde pública, mas de exercício pleno da cidadania:

— A prática alimentar nos primeiros meses de vida é decisiva. A maior ou menor probabilidade que eu terei na vida adulta de ser acometido por intercorrências cardiovasculares tem uma relação muito direta com isso. A probabilidade de desenvolver alergias, o quociente de inteligência e a inteligência emocional guardam também relação direta com o aleitamento materno.

— Precisamos avançar cada vez mais nessa discussão. Não são todas as mulheres que têm a oportunidade de ficar em casa 6 meses. A OMS orienta a mãe a amamentar exclusivamente pelos primeiros 6 meses de vida do bebê e orienta que a amamentação continue até os 2 anos ou mais — argumentou.

Para Romário, falta empenho para combater mosquito

Preocupado com os casos de microcefalia e sua possível relação com a zika, transmitida pelo *Aedes aegypti*, Romário (PSB-RJ) afirmou que “agora não é a hora de procurar os culpados por essa situação, mas de arregañar as mangas para combater o mosquito”.

Ele acrescentou que é preciso se preocupar com o futuro das crianças que nasceram com microcefalia.

— Devemos acabar com os esgotos a céu aberto, investir no saneamento básico, colocar mais recursos nas pesquisas científicas para que as vacinas sejam desenvolvidas e testadas aqui no Brasil, garantir o acompanhamento pré-natal para 100% das gestantes e fazer campanhas contínuas de esclarecimento da população.



Jefferson Ruy/Agência Senado

Valadares quer que governo detalhe ações contra Aedes

Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) apresentou anteriormente requerimentos aos ministros da Saúde, das Cidades e da Integração Nacional questionando sobre os recursos repassados aos estados para o combate à dengue, à chicungunha e à zika. Ele também quer saber quantos agentes atuam no combate às endemias e as formas de monitoramento.

O senador citou uma reportagem que revela que a dengue disparou. No país, foram registrados 170 mil casos entre o início do ano e 6 de fevereiro — aumento de 46% em relação ao mesmo período do ano passado.

— O Brasil vive um das mais alarmantes situações de saúde, o que nos impõe estabelecer como prioridade o combate ao mosquito transmissor.



Moreira Matiz/Agência Senado

Poder público ignora caos na saúde, diz Amorim

Eduardo Amorim (PSC-SE) avaliou anteontem que o Brasil vive uma grande crise de saúde pública. Segundo ele, milhares de pessoas morrem por causa de mau atendimento nos hospitais, da falta de assistência médica e das epidemias.

O senador disse que o caos na saúde acontece sem que haja a devida atenção da União, dos estados e dos municípios. Lembrou que o Ministério da Saúde e os estados investigam 5 mil casos de microcefalia. Em Sergipe, de acordo com Amorim, são 200 casos.

— O que estamos vivendo é uma guerra velada. Diariamente centenas de vidas são perdidas. O avanço da dengue, da chicungunha e da zika está provocando cada dia mais mortes e transtornos — disse.



Moreira Matiz/Agência Senado

Segundo Medeiros, elemento químico causará revolução

José Medeiros (PPS-MT) registrou sua participação na inauguração do centro de pesquisas de grafeno e nanomateriais da Universidade Mackenzie, em São Paulo.

— O centro terá como objetivo o domínio do ciclo tecnológico do grafeno, a matéria-prima do século 21.

Leve, transparente, flexível, impermeável e com elevada condutividade térmica e elétrica, o grafeno é 200 vezes mais resistente que o aço. Na indústria das telecomunicações, disse, poderá incrementar a velocidade de transmissão de dados e gerar um salto na qualidade da telefonia celular. E também poderá ser usado na fabricação de baterias ultraduráveis.

Na medicina, acrescentou, o grafeno poderá ser usado nos implantes biônicos.

— Estamos diante de uma grande revolução tecnológica — afirmou.

Cassol cobra liberação de droga contra câncer

Ivo Cassol (PP-RO) pediu que o governo edite uma medida provisória para liberar o uso compassivo da fosfoetanolamina, medicamento em fase de testes que poderia ser usado no tratamento do câncer. O uso compassivo é uma autorização emitida pela Anvisa para garantir o fornecimento de uma substância nova e promissora, mesmo sem registro na agência.

— É um medicamento à disposição para dar esperança e salvar vidas. Já há alguns tratamentos, como a quimioterapia, a radioterapia e muitos outros, caros, que o governo paga pelo SUS ou que a pessoa paga. A fosfoetanolamina custa R\$ 0,10 ou R\$ 0,20 por cápsula e é proibida. Quem está consumindo e quem está distribuindo é tratado como se fossem traficantes.



Marcos Oliveira/Agência Senado